

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

A(S) CONSTRUÇÃO(ÕES) DA IMAGEM DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
NO JORNAL TRIBUNA, UBERLÂNDIA-MG (1930-1937)

JULIANA ROSSI

JULIANA ROSSI

A(S) CONSTRUÇÃO(ÕES) DA IMAGEM DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
NO JORNAL TRIBUNA, UBERLÂNDIA-MG (1930-1937)

Monografia apresentada ao curso de
graduação em História, do Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharel em
História, sob a orientação da Profa. Dra.
Dilma Andrade de Paula.

Uberlândia, 9 de dezembro de 2010.

JULIANA ROSSI

A(S) CONSTRUÇÃO(ÕES) DA IMAGEM DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS
NO JORNAL TRIBUNA, UBERLÂNDIA-MG (1930-1937)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

Prof. Dr. Leandro Jose Nunes

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha orientadora contribuiu muito na minha pesquisa, aos professores da banca examinadora que estão dispostos a avaliar este trabalho, aos meus colegas de curso, funcionários, ex coordenadores e estagiários do Centro de Documentação e Pesquisa em História que colaboraram na realização desta pesquisa, aos professores do Instituto de História que contribuíram tanto na minha formação acadêmica como também na produção desta pesquisa, aos funcionários do arquivo público sempre dispostos a contribuir ao acesso as fontes.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a construção da imagem de Getúlio Vargas e sua representação no jornal *Tribuna* – jornal independente na década de 30, buscando entender os símbolos e as representações que o jornal trabalha em seus artigos, lendo as entrelinhas do discurso construído.

Ao analisar o jornal *Tribuna* procuro entender como é (re) construída a memória social uberlandense no cotidiano naquele período, com um caráter liberal o jornal debatia sobre os problemas regionais e nacionais a luz de seus interesses defendendo seus interesses construindo e edificando imagens, que mais tarde, se tornaram perpétuos na memória social, assim essa (re) construção, ou melhor, essa representação pode ser entendida aqui como a construção da identidade a partir da relação e da luta entre os grupos sociais, pois a imprensa uma vez sendo instrumento de construção de memória e identidade social, ela representa essas estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1 “A TRIBUNA” E A IMPRENSA NO BRASIL: INDEPENDÊNCIA?.....	10
Capítulo 2 A construção da imagem de Vargas no jornal “A <i>TRIBUNA</i> ” de Uberlândia no período de 1930 a 1937.....	22
Considerações finais.....	42
Bibliografia.....	43
Fontes	46

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1 “TRIBUNA – O JORNAL INDEPENDENTE” E A IMPRENSA NO BRASIL: INDEPENDÊNCIA?

IMAGEM 01	12
IMAGEM 02	12
IMAGEM 03	15
IMAGEM 04	15

CAPÍTULO 2 A construção da imagem de Vargas no jornal “*TRIBUNA*” de Uberlândia no período de 1930 a 1937

IMAGEM 05	32
IMAGEM 06	38
IMAGEM 07	38
IMAGEM 08	39
IMAGEM 09	39

INTRODUÇÃO

No início desta pesquisa, foi muito difícil imaginar claramente como se daria a construção deste trabalho, que representa minhas inquietações perante a questão: o que é História? Muitas vezes, não conseguia compreender o seu significado por buscar nas fontes uma única perspectiva que levaria a um retrato fiel da realidade de um determinado momento. A história pode ser, segundo a visão de Keith Jenkins, uma construção pessoal, “...uma manifestação da perspectiva do historiador como “narrador”,¹ pois “...o ponto de vista e as predileções do historiador ainda moldam a escolha do material, e nossos próprios constructos pessoais determinam como o interpretamos”.²

Ao entender que o fato histórico é uma construção de várias perspectivas, busquei focalizar a minha atenção sobre outro fato que me instigava, a construção da imagem de Vargas, pois muitos historiadores discutem como essa imagem era apropriada e, dependendo da região e da condição social do grupo analisado, podemos encontrar adjetivos desde “pai dos pobres” até “grande estrategista”.

O objetivo deste trabalho é entender como foi construída e apropriada a imagem de Vargas e qual o objetivo dessa apropriação, tendo como referência a (re)construção da memória social dentro do jornal *Tribuna* na década de 30.

Escolhi o “*A Tribuna – o jornal independente*” por ter um caráter liberal e por debater sobre os problemas regionais e nacionais a luz de seus interesses. Um jornal como esse, ao defender seus interesses, acabava construindo e edificando imagens, que mais tarde, tornaram-se perpétuos na memória social. Assim, essa (re)construção pode ser entendida aqui como a construção da identidade a partir da relação e da luta entre os grupos sociais, pois a imprensa, uma vez sendo instrumento de construção de memória e identidade social, representa essas estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem para cada classe.

Esta monografia possui dois capítulos, sendo o primeiro intitulado *A Tribuna – o jornal independente e a imprensa no Brasil: independência?* que discute a atuação da

¹ JENKINS, K. A História repensada. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

² Idem;

imprensa no Brasil e em Uberlândia, contextualizando, para o leitor, em linhas gerais, os principais acontecimentos do Brasil dentro do período proposto no trabalho com o objetivo de entender como esses fatos afetaram essa cidade. Em hipótese nenhuma pretendo construir a história da imprensa uberlandense, pois, primeiramente, isto exigiria de mim uma bagagem teórica-metodológica que não possuo atualmente. Em segundo lugar, Nelson Werneck Sodré demorou trinta anos para escrever a História da imprensa no Brasil, seria muita prepotência minha escrever a História da imprensa local em uma pesquisa com menos de três anos, analisando um jornal. Além disso, pretendo neste capítulo apresentar algumas características do jornal, tanto na parte física (tamanho, quantidade de página, *layout*, como os artigos eram distribuídos nas páginas), quanto na parte ideal (quais eram os assuntos debatidos, quais eram conceitos que o jornal defendia).

No segundo capítulo, coloco em prática o objetivo do trabalho que é analisar a construção da imagem de Getúlio Vargas nos artigos, colunas e textos do *A Tribuna*, que debatia sobre os problemas regionais e nacionais a luz de seus interesses. É natural que o jornal local privilegiasse notícias referentes à cidade, mas ao voltarmos os olhos às notícias nacionais, observamos como o jornal trabalha os elementos nacionais como a discussão sobre a lei da imprensa e o problema da censura, discussão essas que se repetiam em vários artigos. Esmiuçando as entrelinhas dos artigos podemos compreender como construíam e se apropriavam da imagem de Vargas a partir de seus interesses como no artigo intitulado *O chefe da nação e dia da Imprensa – Liberdade e Constitucionalidade*. Neste artigo, notamos, além dos elogios a Vargas devido ao discurso referente ao anúncio da formação da comissão responsável pela reelaboração da lei de imprensa, que, segundo o jornal, o presidente seria o agente de transição no processo da elaboração da constituição do país que faria com que este sáisse do governo provisório com suas bases governamentais fortalecidas por suas ações. Em outro artigo, Vargas é caracterizado como um político liberal que defende a liberdade dos cidadãos, principalmente a liberdade da imprensa compreendendo que é necessário reelaborar a constituição referente à lei da imprensa.

Em linhas gerais, são essas discussões que estarão presente neste trabalho.

“A Tribuna - o jornal independente” e a imprensa no Brasil: independência?

Em 7 de setembro de 1919, na cidade de Uberlândia, saía um dos primeiros exemplares do jornal *A Tribuna - o jornal independente*, da firma Rodrigues, Andrade e Cia, dirigida pelos jornalistas João Severiano Rodrigues da Cunha — o Joanico — este nasceu em Uberaba e veio para Uberlândia com seus pais. Formou-se em farmácia na Faculdade de Ouro Preto. Casou-se com dona Carmelita Mendes Cunha. Ingressou na política ao lado de seu pai, sendo eleito secretário do Partido Republicano Municipal e, em seguida, vereador para o período de 1908 a 1911. Foi eleito presidente e agente executivo municipal de Uberabinha, para exercício 1912 a 1915 sendo reeleito em 1916 a 1919 e 1920 a 1922¹ — e dirigida também pelo senhor Vasco.²

Vários jornais foram criados para suceder *O Progresso* — extinto em 1914. José Peppe criou, em 1918, o jornal *A Notícia*, que dura um ano. Em 1915, surgiu o jornal *O Brasil*, fundado por Zacarias Alves de Ulhoa e Melo, criador da Livraria e Tipografia Kosmos, em cooperação com o escritor Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa. Em 1914, o jornalista Moizes Santana funda *O Paranaíba*, também impresso nas oficinas da Kosmos — Santana seria assassinado na cidade de Uberaba, em 1922, quando redigia no jornal *Lavoura e Comércio*. Jornal de oposição, *O Paranaíba* defendeu a criação do Estado do Paranaíba, com a junção do Triângulo Mineiro, parte da cidade de Paracatu e do sudoeste goiano. *O Diário de Uberabinha*, de propriedade da firma Guimarães & Cia. — formada por Honório Guimarães, Pedro Salazar Filho e Raulino Cota Pacheco —, teve interrompida sua publicação por dez dias após a dissolução da firma. Até 1919, circularam na cidade os jornais *O Ferrão*, *A Escola*, *Gavião* (humorístico), *Kosmos*, *Voz de Uberabinha*, *Martelo*, *Comércio e Binóculo*, *Corisco*, *Chaleira*, *O Violino* e *Borboleta*.

Somente o *A Tribuna* conseguiu suceder o jornal *O Progresso*, sendo um semanário noticioso que se manteve ativo por 25 anos, e que em 1922, foi transferido para a firma *S. E. A Tribuna Ltda.*, continuou sendo dirigido por J. S. Rodrigues da

¹ TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia – Uberlândia 70, vol 2, 1ªed: Uberlândia Gráfica Ltda, p.231.

² Procurei pela biografia do sr. Vasco, mas não encontrei referências.

Cunha com a ajuda de Eduardo Márquez, de Tito Teixeira, José de Andrade³ e Agenor Paes, jornalista fluminense, que assume sua direção e a mantém até 1944. Com sua morte, o jornal fica paralisado por dois anos, retornando como uma mídia católica, em 1946. Em 1947, Corrêa Júnior retoma a direção do jornal, que agora pertence à firma Artes Gráficas Brasil Central.

Referente a alguns dados da biografia do senhor Eduardo Márquez é natural da fazenda Sarandis, município de Santa Rita Goiás. Veio para Uberabinha, sendo eleito em 1922 décimo presidente e agente executivo de Uberabinha, de 1923 a 1926.⁴

Já o senhor Tito Teixeira que também fez parte da direção dessa nova fase do *A Tribuna*, é natural de Uberaba, veio para Uberlândia, casou com senhora Cândida Chaves Teixeira, tornou vereador especial pelo distrito da cidade, ocupando no legislativo o cargo de líder da maioria, reeleito por mais de duas legislações consecutivas. Em novembro de 1922, foi eleito primeiro presidente do Uberabinha Esporte Clube e, em 1930, devido à “revolução” foi nomeado capitão assistente do Comando Civil e Militar. Em 1932, recebeu a chefatura da polícia e em 1945, por indicação do prefeito J. A. Vasconcelos Costas, foi eleito segundo secretário.⁵

O senhor Agenor Paes é nascido no Rio de Janeiro, jornalista e advogado licenciado, casou com dona Alvina de Souza, redator chefe do *A Tribuna - o jornal independente*. Passado o período áureo do jornal, este começou a ser impresso nas oficinas da *Tipografia Alvina*, propriedade de dona Alvina de Souza Paes, sob direção do senhor Agenor Paes. Doente, vai ao Rio de Janeiro em busca de tratamento. Não resistiu, faleceu. Seu funeral foi custeado pela ABI (Associação Brasileira de Imprensa)⁶.

³ Biografia não identificada.

⁴ Idem, p.165

⁵ Idem, p.463

⁶ Idem, p.14



Imagem 1 - Fonte do Acervo João Quituba
Foto 1160 – 1918 Agenor Paes, fundador do Jornal
A Tribuna



Imagem 2 - Fonte do Acervo João Quituba
Foto 1350 – Reunião de Jornalistas do jornal Tribuna.

Para entender o que era o jornal *A Tribuna* faz-se necessário pensar como eram os jornais no Brasil e, principalmente, na cidade de Uberlândia, durante as décadas de 20 e 30.

Ocorreram, durante a passagem do século XIX para o XX, grandes transformações no país com a ascensão burguesa e o avanço das relações capitalistas.

Essa passagem assinalou a transição do jornal artesanal para uma empresa jornalística. Assim, os jornais de pequeno porte que não se adaptaram a esse processo de transformação no país, extinguíram-se ou foram relegados ao interior do Brasil⁷.

Nos anos 1930 avançava-se a construção do império jornalístico de Assis Chateaubriand, segundo a biografia elaborada no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.

Vejamos algumas informações sobre esse personagem, cuja trajetória se confunde com parte da história dos meios de comunicação do Brasil. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 5 de outubro de 1892, filho de Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo e Carmem Gondim Bandeira de Melo.

Chateaubriand,⁸ em 1906, teve sua primeira experiência jornalística no *O Pernambuco*, jornal de propriedade de Pedro Avelino. Em 1908, ingressou na faculdade de Direito de Recife e para custear seus estudos tornou-se redator do *Jornal Pequeno* (1910-1915), onde escreveu artigos criticando o germanismo da Escola de Recife, movimento cultural liderado por Tobias Barreto que pretendia promover a cultura nacional tendo como influências as novas correntes europeias de pensamento. Ainda estudante, trabalhou no *Jornal de Recife* e no *Diário de Pernambuco*, bacharelou-se em 1913 e tornou-se editor e redator chefe do jornal *Estado de Pernambuco*.

Em 1915, foi aprovado no concurso da Faculdade de Direito de Recife para cátedra de professor de Direito Romano e de Filosofia do Direito, depois viajou para o Rio de Janeiro para tentar obter uma nomeação naquela cidade com o presidente Venceslau Brás. Em 1917, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu como advogado, tornando-se consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores a convite do chanceler Nilo Peçanha, e advogado da Companhia Light and Power, a partir da indicação de Alexandre Mackenzie. Mas continuou com suas atividades jornalísticas colaborando com o *Correio da Manhã* e tornando-se redator chefe do *Jornal do Brasil*, além de ser correspondente do jornal argentino *La Nación*.

⁷ Para maiores informações sobre a história da imprensa no Brasil ler "SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Ltda, 1999.", "CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.", "BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007."

⁸ Biografia baseada nas informações do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, organizado CPDOC, verbete Chateaubriand, Assis, pp-1337, pp-1340.

Em 1920, viajou para Europa e no retorno para Brasil afastou-se temporariamente do jornalismo, dedicando-se à advocacia e à organização de grupo destino a levantar capital para compra de um jornal.

Em 1924, comprou no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal* e seis meses mais tarde adquiriu o jornal *Diário da Noite* e com base nesses dois órgãos iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde, veio a ser conhecida como *Diários Associados*. Em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que contou em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então Ministro da Fazenda.

Em 1929, devido à atuação na política nacional, Chateaubriand obteve recursos para ampliar sua cadeia jornalística adquirindo, o jornal *O Estado de Minas* em Belo Horizonte.

No mesmo ano, foram realizadas as convenções que lançaram os candidatos à presidência: pela situação, Júlio Prestes, e, pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas, e com abertura da campanha eleitoral, Chateaubriand colocou seus jornais a serviço da causa aliancista e obteve recursos para lançar mais dois órgãos, o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro e o *Diário de São Paulo* na capital paulista.

Em suma, devido a atuação política de Chateaubriand no cenário nacional, o *Diários Associados* contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica. Além de ser co-criador e fundador, em 1947, do Museu de Arte de São Paulo (Masp), com Pietro Maria Bardi, e ainda de ser o responsável pela chegada da televisão ao Brasil, inaugurando, em 1950, a primeira emissora de TV do país, a TV Tupi, além de ter sido senador da República entre 1952 e 1957.



Imagem 3

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand – Chatô (de perfil) na inauguração da Rádio Tupi, 4 de setembro de 1937.



Imagem 4

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand – Chato.jpg (256 × 305 pixel, tamanho do ficheiro: 21 KB, tipo MIME: image/jpeg), fundador do “Diários Associados”.

Após esse panorama mais geral, vejamos como era a imprensa em Uberlândia. Existiam vários e diversificados jornais, como *Gazeta de Uberabinha*, *A Nova Era*, *O Progresso*, *Paranahyba*, *Diário de Uberabinha*, *Sertão Judiciário*, *Reação*, *Mariposa*, *O Repórter*, *Lampião*, *Alarme*, *Chispa*, *Bohêmio*, *Farpa*, *Ideal*, *Diário da Revolução*, *Raça*, *Borboleta*, *Crítico*, *O Bandeirante*, *Correio Popular*, que em sua maioria, eram jornais de pequeno porte envolvidos em assuntos educacionais e/ou assuntos relacionados ao poder público. O *A Tribuna* era um desses jornais, tratava de assuntos relacionados ao poder público, educação e sócio-econômicos.

Quando o jornal *A Tribuna* transformou-se em uma empresa jornalística, os seus ideais, o teor político denso empregado, seu discurso progressista em prol da ordem e do progresso continuaram presentes nem seus variados artigos e notícias.

O objetivo de *A Tribuna*, segundo seus organizadores, era noticiar fatos e acontecimentos diários da cidade e da região, como era feito antes do fechamento do jornal *O Progresso*. Assim, o jornal *A Tribuna* foi criado para preencher essa lacuna que o jornal *O Progresso* deixou, pois, fazia-se necessário ter um jornal com periodicidade e que fosse um grande colaborador do poder público. Teria como objetivo a publicação de licitações, convocações, leis e outros, além de fazer menção aos melhoramentos projetados e realizados pelo poder público, para Uberlândia e região, fazer menções

sobre as práticas sociais e culturais dos habitantes da região, fazer menções sobre movimento do comércio e indústria. Assim, mostrando aos seus leitores, o constante desenvolvimento da cidade.

A *Tribuna* era um jornal bi-semanário⁹ organizado em quatro folhas que mediam em média 50 cm de comprimento por trinta de largura, duas folhas eram dedicadas ao jornal *O Goiás* organizado pelos mesmos redatores do *A Tribuna*. A primeira folha era dedicada a assuntos políticos e econômicos locais ligados com os assuntos nacional. Esses artigos ficavam no centro da primeira página com títulos com letras grandes e caixa alta, outros artigos que tratavam dos mesmos assuntos, mas que os jornalistas os considerava secundários se localizavam ao redor do artigo principal em notas pequenas sem autoria. A segunda página era dedicada a propagandas, publicações de licitações, convocações, leis, artigos relacionados às práticas sociais e culturais.

O memorialista Antônio Pereira da Silva em uma palestra proferida para a turma de graduação em Jornalismo da Universidade do Triângulo, *Unitri* (*Centro Universitário do Triângulo*), sobre o tema *Imprensa Local*, relatou sobre as características do *A Tribuna*. Em um discurso curto, explicou como foi criado o jornal, quem o dirigia, algumas características particulares de quem o dirigia, os objetivos do jornal. Nesta palestra, podemos apontar uma informação importante sobre as essência desse jornal referente a personalidade do senhor Agenor Paes, redator chefe do *A Tribuna* que é descrita como forte e polêmica o que, segundo Silva, interferia registro dos fatos:

A TRIBUNA inicia um trabalho profissional novo dando cobertura aos fatos correntes do dia a dia, de interesse da comunidade. A personalidade enguiçada do Agenor é que, às vezes, prejudicava o registro dos fatos. Não que distorcesse, mentisse, pelo contrário, ele era corajoso. Mas era um sujeito polêmico.¹⁰

Como se pode notar, o senhor Silva deixa transparecer como as notícias e artigos deste jornal eram influenciados pelo consciente/inconsciente do redator chefe, seja escrevendo ou selecionando os relatos dos acontecimentos que considera de maior ou menor importância, ao afirmar que algumas vezes a personalidade do redator atrapalhava no registro do fato. O que mostra que a imparcialidade, tanto prezada na

⁹ Bi-semanário significa ser ou periódico publicado duas vezes na semana.

¹⁰ SILVA, Antônio Pereira. Anotação oriunda de palestra do autor proferida para a turma de graduação em Jornalismo da Universidade do Triângulo, UNITRI, sobre o tema imprensa local, intitulada "A imprensa em Uberlândia".

teoria da produção jornalística, realmente não existe, pois tudo que o ser humano produz é influenciado pelo seu consciente/inconsciente, toda ação humana tem um objetivo racional/emocional por mais que se tente anular o lado emocional.

Na dissertação da pesquisadora Sandra Mara Dantas,¹¹ a autora, ao analisar a personalidade de Agenor Paes, argumenta que o redator chefe interferia na construção do jornal ao se apropriar das representações dos sujeitos sociais e transformá-las em discurso competente. No próximo capítulo, iremos analisar esta interferência na construção da representação da imagem de Getúlio Vargas no *A Tribuna*.

Não podemos nos esquecer que os fatores culturais contribuem na construção dessas representações dos sujeitos sociais, pois segundo Silva, “*A Tribuna* registrou o desenvolvimento sócio, econômico, cultural e esportivo da cidade e da região durante trinta anos. Tinha os seus defeitos, talvez, reflexos da cultura da época”.¹²

No jornal *A Tribuna*, temos um pequeno problema: vários artigos e notícias não possuem a assinatura de quem os escreveu ou estão assinados com pseudônimos dificultando, um pouco, a análise dos artigos, mas isso é devido à grande pressão dos governos estaduais sobre a imprensa local. Vários jornais foram fechados como *O Goiás*, jornal anexado às folhas do *A Tribuna*, somente a assinatura do redator chefe está presente em todos números do jornal, subordinando a imprensa local à vontade do poder público.

Nas décadas de 20 e 30, era comum a relação do poder público com os jornais, o que nos leva a questionar: que tipo de relação existia entre a imprensa e o governo? Como era essa relação? O que estava por trás dessa relação? E como essa relação interfere no funcionamento da imprensa? Para pensar nestas questões, devemos levar em consideração a dependência política e econômica dos jornais aos subsídios governamentais, pois, grande parte dos redatores estava envolvida, direta ou indiretamente, com o governo local. Além disso, é preciso notar que havia um baixo consumo de exemplares e a importação dos papéis, por parte do governo, para impressão de jornais (no Brasil, não existiam indústrias que produzissem esse tipo de papel), com taxas alfandegárias altas e revendendo-os a um valor mais acessível os jornais.

¹¹ DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes – Uberlândia (1900-1950)*. Capítulo 2 Representações do Progresso na história de Uberlândia – A imprensa. Dissertação UFU 2001.

¹² SILVA, Antônio Pereira. Palestra proferida para a turma de graduação em Jornalismo da Universidade do Triângulo, UNITRI, sobre o tema imprensa local, intitulada “A imprensa em Uberlândia”.

Outro ponto que, também, devemos levar em conta é como que a imprensa se apropria da função político-pedagógica, na formação política do indivíduo? Em um de seus artigos, intitulado *O poder da imprensa*,¹³ o jornalista J. Teixeira debate sobre a importância da imprensa no processo de formação político e pedagógico de seus leitores, ao relatar a história de um senhor que aprendeu a ler por meio dos artigos dos jornais. No final da história, o senhor fazia parte do congresso estadual, ou seja, além de aprender a ler, ele foi politizado durante o processo de aprendizagem, segundo o jornalista. Em outro artigo, o jornal afirma que não somente se alfabetiza o indivíduo, mas ensina-o a ser um cidadão atuante politicamente, atribuindo-se o papel de informar e formar o cidadão “político”, afirmando que: “A imprensa é ótima para quem já sabe um pouco, e a Tribuna é indispensável a quem nada sabe”.¹⁴ Isto é, a imprensa é ótima para o leitor que já tem certo conhecimento, porque, passa informação e, *A Tribuna* é indispensável ao leitor que não tem conhecimento, porque, ela o ensina em todos os seus sentidos educativos e políticos.

E como a autora Maria Helena Capelato debate, “Além de intérpretes, os periódicos eram também definidos como formadores da opinião pública. Levando em conta a falta de educação cívica do povo brasileiro...”,¹⁵ em outras palavras, na visão da imprensa, os jornalistas assumem o papel que seria do professor na formação educacional do cidadão.

Capelato, ainda afirma que o poder da imprensa também foi reconhecido nas ditaduras, como na seguinte declaração de Mussolini: “O jornalismo, mais do que uma profissão, tornou-se uma missão de grande importância porque na época contemporânea, depois da escola que instrui as novas gerações, é o jornalismo que circula entre a massa encarregando-se de sua informação e formação.”¹⁶

Em outro artigo, os redatores mostram o que é ser um jornalista. Interessante entender o que os redatores compreendiam sobre a função do jornalista, além, de defender a imparcialidade desse profissional, apesar de saber muito bem que o simples fato de se selecionar um tema, a subjetividade impregna a escolha, ou seja, não existe

¹³ SEM AUTORIA. “O poder da imprensa”, Jornal “A TRIBUNA”- o jornal independente, número 543, data 05/04/1931

¹⁴ SILVA, A. Liberdade de Imprensa. Jornal “A Tribuna – o Jornal independente”, seção Considerando..., número 535, oito de fevereiro de 1931.

¹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa, uma mercadoria política. N°4, Jan/Jun, 1991. pp 133.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Coleção textos do tempo), pp-74.

imparcialidade de qualquer agente social. Na opinião do leitor é muito fácil ser um jornalista, pois, escreve-se o que quer, como se quer e sobre o assunto que quiser, o jornalista, entretanto, defende-se dizendo:

“Puro engano. O jornalista se é honesto e procura bem discutir as questões com imparcialidade e justiça, os que se sentem prejudicados chamam de pasquim o jornal e pasquinciro quem o dirige.”¹⁷

O jornalista procura explicar todas as dificuldades que eles enfrentam, desde as críticas dos leitores à censura de alguns governos locais.

Na década de 30, a questão social era tratada da seguinte forma: “Quando esta se insinuava como questão para o Estado era de imediato enquadrada como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos”.¹⁸ Os redatores de *A Tribuna* interpretavam essa questão de forma distinta, pois, no artigo intitulado *A questão social*, do dia 24 de maio de 1931, relatam que a questão social era vista no Brasil: ou como caso de polícia, ou de caráter de luta de classes, justificando que por falta de uma legislação social concisa e falta de interesse dos últimos governos sobre o problema e com a nova república, esses problemas passaram ser analisados pelo Ministério do trabalho com objetivo de encontrar atitudes benéficas para os trabalhadores. No final do artigo, o jornalista complementa que o “Ministério do Trabalho está cumprindo fielmente seu papel, correspondendo à realidade da nossa questão social, determinada mais pela falta de legislação competente, do que pela luta entre o capital e o trabalho.”¹⁹

Esse artigo foi escrito no período do governo provisório do presidente Getúlio Dornelles Vargas, em um momento que todos os países sentem o efeito da recessão econômica e o Brasil passava por transformações em níveis econômicos e políticos. Mas o ponto principal neste artigo é como o jornalista escreveu o problema da questão social bem distinta do período, pois, o desemprego e a pobreza eram vistos como

¹⁷ SEM AUTORIA. “Jornalista”, Jornal “A TRIBUNA” - o jornal independente, número 560, data 02/08/1931

¹⁸ SPOSATI Aldaíza de Oliveira... [et al.]. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise, São Paulo: Cortez, 1985.

¹⁹ SEM AUTORIA. “A questão social”, Jornal “A TRIBUNA” - o jornal independente, número 550, data 24/05/1931.

disfunção social dos indivíduos, em outras palavras a pobreza e o desemprego são culpa da incapacidade e da falta de esforço do indivíduo para estar naquela situação.

Por outro lado, como analisa Ângela de Castro Gomes:

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Neste período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e da “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. A dinâmica entre os dois processos reforça-os mutuamente, (...) ²⁰

Nos anos 1930, identifica-se toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, por meio da legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da justiça do trabalho. O trabalho, doravante, segundo Gomes, passara a ser considerado um direito e um dever do homem: “uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização”. ²¹ Insere-se também aí, toda uma estratégia de combate à pobreza:

“o meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país seria justamente o de assegurar a esta população uma forma digna de vida, o que significava, em última instância, conduzi-la ao trabalho. Promover o “homem brasileiro” e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação”. ²²

No discurso à frente do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o ministro Lindolfo Collor articulava:

É o Ministério do Trabalho, especificamente, o Ministério da Revolução. À mentalidade do governo deposto, de que no Brasil as questões sociais são meros problemas de polícia, suscetíveis de solução pela última ‘ratio’ das medidas repressivas, já opusera, de há muito, a consciência liberal da nação o mais justificado e preempatório dos protestos. ²³

²⁰ GOMES, A.C. A construção do homem novo “In: Oliveira, Lucia., [et al.] (orgs). Estado Novo: Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p 151

²¹ Idem, p 152

²² Idem, p 152

²³ CARONE, Edgard. A segunda República, 1930-1937. São Paulo: Difel, 1973.

Continuando sua argumentação:

Quanto às finalidades do novo departamento administrativo, elas podem ser resumidas em poucas palavras. Creio que nenhuma inteligência honesta se lembraria de discutir, no Brasil, a conveniência da criação deste novo Ministério. Idealizado, a começo, como órgão que houvesse de superintender apenas as questões relativas ao trabalho, entendeu depois o Chefe do Governo Provisório que as suas funções deveriam ser alargadas com o acrescentar-lhes as matérias administrativas atinentes à produção e à circulação da riqueza. Lógica, sem dúvida, essa deliberação, pela imediata interdependência dos problemas do trabalho com os das indústrias e do comércio.

O Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio vai ter organização eminentemente prática e brasileira. As experiências e as observações de outros povos serão por nós cuidadosamente consultadas e tomadas em consideração. Mas os problemas brasileiros, decorrentes das causas especificamente nossas e traduzindo situações peculiares ao nosso grau de desenvolvimento, esses não podem ser resolvidos com mentalidade estrangeira, impossível de transplantação literal para o nosso meio. Os princípios são universais; a sua aplicação, nacional.²⁴

Outro assunto que chama a atenção é o tema da revolta e trabalhado em *A Tribuna*, em um artigo intitulado *A Revolta*. Um jornalista não identificado fala de forma poética o que é revolta e a necessidade de uma. Segundo o autor, revolta é um mal necessário que exige sacrifícios, tristeza e dor para o bem da pátria, em prol de um ideal, que une várias pessoas em torno de um bem, em nome do patriotismo. É mais um discurso ordeiro que tenta unir a sociedade em nome de um prol comum.

No segundo capítulo, vamos analisar como o jornal *Tribuna* trabalha com a imagem de Vargas dentro dos seus artigos e noticiários buscando entender os interesses e objetivos do jornal, que estão por trás das notícias relacionadas à revolução de 1930 e do governo provisório de Vargas, já que neste presente capítulo nós podemos conhecer algumas características físicas e de linha de pensamento do mesmo, além de conhecermos um pouco sobre seus redatores por meio de suas biografias e de obtermos informações sobre a situação política do país na década de 30 e observarmos o desenvolvimento da empresa jornalística no Brasil por meio da biografia de Chateaubriand.

²⁴ Idem.

CAPÍTULO 2

A construção da imagem de Vargas no jornal *A Tribuna* de Uberlândia no período de 1930 a 1937

Na década de 30, ocorreu uma mudança nas relações de poder nos antigos moldes oligárquicos, acompanhando o avanço da acumulação capitalista no país, no sentido de implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, como também a redefinição do papel do Estado em matéria econômica, que tinha como objetivo tornar o polo urbano industrial o eixo dinâmico na economia.

Essa transformação possui condicionantes na conjuntura internacional, desestabilização causada pela eclosão da crise de 1929 atrelado ao momento social e político nacional que podemos definir como crise da hegemonia do grupo cafeeiro paulista.

Neste momento, esgotavam-se as possibilidades de preservação do modelo agrário exportador baseado no café, após sucessivas tentativas de valorização do produto que socializavam seus custos por toda a sociedade brasileira e que beneficiava, principalmente, os grupos oligárquicos paulistas.

Neste cenário, criava-se uma conjuntura favorável ao conjunto das forças sociais que ao longo dos anos 1920, questionavam a hegemonia paulista e o caráter excludente ao regime político da República.

No final do ano de 1928, intensificaram as articulações com vistas às eleições presidenciais para o ano de 1930. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, tinha pretensões de vir a ser indicado candidato à sucessão de Washington Luís, insistindo na observância do acordo tácito entre Minas e São Paulo de revezamento no poder, porém rumores apontavam que a sucessão presidencial seria de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, continuador seguro da política administrativa financeira e de defesa do café desenvolvida por Washington Luís.

Frente a essa situação, Antônio Carlos iniciou um movimento de aproximação com o Rio Grande do Sul, com o objetivo de boicotar a candidatura de Júlio Prestes. Neste momento, Chateaubriand se vinculou com o governo mineiro e desempenhou um

importante papel nas articulações entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nos jornais, Chateaubriand investiu na propaganda contra a candidatura de Júlio Prestes, ora elogiando Getúlio Vargas pela sua atuação no governo gaúcho, ora chamando a atenção para o desprendimento mineiro em relação às negociações sucessórias.

Em 1929, quando Vargas hesitava em aceitar sua candidatura para a presidência, Chateaubriand desencadeou uma violenta campanha em defesa dos interesses mineiros em crítica à política rio-grandese, classificando-a de “paroquial e egoísta” e acusando João Neves e todo Rio Grande de estarem “acovardados diante dos paulistas”. Depois das negociações, os gaúchos fizeram um acordo com o Partido Republicano Mineiro (PRM) em torno da candidatura de Vargas e que deu origem à Aliança Liberal e obteve apoio de outras forças discordantes do governo federal, como o presidente da Paraíba, João Pessoa, que se tornou candidato a vice-presidência.

Com a realização das eleições em 1930 e a derrota da Aliança Liberal, Chateaubriand engajou sua cadeia jornalística na defesa de uma saída revolucionária para impedir a posse de Júlio Prestes. Essa orientação foi reforçada quando João Pessoa foi assassinado, ocasião em que os *Diários Associados* acusaram formalmente o governo federal pelo crime. Neste momento, Chateaubriand participou das articulações preparatórias da revolução e na eclosão do movimento incorporou-se às fileiras revolucionárias, deixando o Distrito Federal com destino a Porto Alegre de avião, no dia 3 de outubro de 1930. Seu avião chegou a ser detido pelas forças legalistas em Florianópolis, mas ele escapou graças ao auxílio de Nereu Ramos e conseguiu alcançar o Rio Grande do Sul, juntando-se às tropas revolucionárias em sua marcha para São Paulo.

Com a vitória da “revolução” e a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas, segundo o autor Renato Jardim, Chateaubriand teria recebido inúmeros favores, entre eles a concessão de vultosos empréstimos aos *Diários Associados*, além de se associar a Edmundo Navarro de Andrade, secretário de Agricultura da Interventoria de São Paulo, para explorar o invento de uma aparelhagem de beneficiamento de café e vendê-lo ao Estado de São Paulo, e também de ter sido beneficiado pelo ministro Lindolfo Collor, então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, com viagens para Amazônia e um contrato jornalístico com a empresa Ford.

Ao final de 1931, começaram a surgir as primeiras divergências com o Governo Provisório, ligado ao grupo composto por Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e ~~Raul~~

Pilla. Chateaubriand pressionava o Governo solicitando a reconstitucionalização do país, pois temia o estabelecimento definitivo de um governo ditatorial. Dentro dessa perspectiva, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, resultando no confisco da sede e da maquinaria de *O Jornal*, órgão líder da cadeia dos *Diários Associados*, e recebendo uma ordem de deportação, reaparecendo em 1933 com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, conseguindo reaver seu principal jornal.

Durante o ano de 1935, ferrenho anticomunista, Chateaubriand desencadeou uma violenta campanha contra a Aliança Nacional Libertadora, frente de âmbito nacional que lutava contra o facismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria.

Em 1936, Chateaubriand recebeu de Vargas a incumbência de trazer de volta ao governo João Neves e Batista Luzardo, porém essa aproximação não foi duradoura. Ainda em 1936, Chateaubriand moveu intensa campanha contra o presidente da República e Benedito Valadares, denunciando suas tentativas de retirar de Antônio Carlos o cargo de presidente da Câmara dos deputados. Dessa forma, Chateaubriand acusou Vargas de ser um antiliberal e antidemocrata e denunciou a eleição de Pedro Aleixo como um golpe contra Antônio Carlos e contra autonomia do Poder Legislativo nacional.

Colocando-se na oposição ao governo federal, Chateaubriand apoiou a candidatura de Armando Sales à presidência nas eleições que teriam lugar em janeiro de 1938, mas após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, Chateaubriand aceitou o novo regime afirmando que era “necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abrisse perspectivas para restauração de um regime democrático”.¹

Já em Uberlândia, especificamente, a campanha contra o governo de Washington Luís e em prol do movimento revolucionário em 30 foi alavancada com a criação do jornal *Diário da Revolução*, e em artigos publicados no *A Tribuna* como o artigo intitulado *Revolta* que, de forma poética, evoca o sentimento de patriotismo dos leitores em defesa da nação incentivando o movimento revolucionário. Com a vitória do movimento revolucionário e instaurado o governo provisório, começaram os embates

¹ Contexto histórico baseado em PANDOLFI, Dulce. “Os Anos 30: as incertezas do regime”. In: Jorge Ferreira e Lucília A. Neves Delgado (orgs.), *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Col. O Brasil Republicano, v. 2).

entre os grupos que tinham participado da Aliança Liberal e uma das principais divergências foi sobre o tempo de duração do governo provisório. Enquanto alguns desejavam a instalação imediata da constituinte, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Para os militares e seus aliados civis o processo revolucionário de 30 ainda não havia conseguido dismantlar os alicerces do poder oligárquico, pois, em um curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da República Velha.

No *A Tribuna* vários artigos expressam as divergências de opiniões partidárias com relação ao governo provisório, alguns aprovam e afirmam a necessidade do governo provisório, outros exigem a aceleração da constituição e ainda existe uma terceira tendência que defende a instauração de um governo ditatorial para que qualquer tendência de restauração do antigo governo seja eliminada. Esse é o tom das matérias que passamos a analisar a seguir, verificando como essas notícias eram transmitidas e significadas na sequência daqueles momentos históricos politicamente mais conturbados, culminando na chamada Revolução de 1932 em São Paulo.

Em uma dessas matérias, com o título *Confiar desconfiando...*, escrito por Adolpho Macieira, em 1/02/1931, ele rebate as críticas duras sobre o governo de Vargas que o acusavam de ser um governo ditatorial indo contra os ideais da Aliança Liberal, devido a forma da administração governamental de solucionar os problemas do país e na demora na reforma constitucional. O autor deste artigo defende o governo, argumentando que o problema não está no governo provisório e, sim, na administração dos estados brasileiros em que seus interventores os transformam em regimes discricionários, instaurando estado de sítio, repressões e censurando todos os meios de comunicação. Cita o que ocorreu em Goiás, com o fechamento de vários jornais, gerando, segundo o autor, a falta de confiança no governo provisório, tanto por parte do povo brasileiro, quanto de investidores, como comerciantes, industriais e banqueiros, que se retraem seus negócios por terem um sentimento de que o governo não está tomando nenhuma atitude em busca de soluções para a crise financeira e econômica que vem agravando cada vez mais a crise, desde o governo anterior. No final do artigo, o jornalista fala do apoio das Forças Armadas ao governo de Vargas como se esse apoio fosse uma forma de tranquilizar o povo, expressa por meio da frase: “Com o Exército a seu lado o sr. Getúlio Vargas pode estar descansado e descansar também, quarenta

milhões de brasileiros que desejam ver a nação entrar na sua verdadeira marcha, sendo desnecessário confiar desconfiando...”²

Em outro artigo, de 15 de março de 1931, intitulado *A caminho do triunfo*, o jornal faz outra defesa do governo provisório contra as críticas sobre a administração do estado. Segundo o autor, que o jornal não identificou, o triunfo do governo provisório é não deixar o governo sem o decreto constitucional, mesmo sob pressão dos aliados do governo almejavam uma nova constituição e também sob a desconfiança dos comerciantes, industriais e banqueiros devido a falta de solução para crise econômica e financeira. O autor acrescenta que essas pessoas que desconfiam do governo foram as mesmas que participaram do processo revolucionário e apoiaram o governo no início, e que deveriam dar continuidade a esse apoio principalmente na reconstrução e implantação de uma engrenagem política diferente da atual. Tais pessoas geram terror, crítica e desconfiança ao governo vigente.

O jornal finaliza o artigo defendendo a ideia de Vargas em pensar o governo como ciclo e que o desfecho do mesmo seria o decreto de uma nova constituição.

Em 10 de maio de 1931, o *A Tribuna* publica uma parte do discurso de Vargas na reunião das comissões legislativas com o título: *A revolução e os partidos políticos*. No discurso, o presidente fala sobre as pressões dos partidos políticos cobrando do governo a reforma na Constituição. Vargas responde aos líderes desses partidos que é necessário um tempo para estudar soluções para os problemas administrativos de um país com economia e finanças desordenadas e que não cederá a pressões. O jornal finaliza o discurso de Vargas com a sua afirmação, “Se o governo é provisório, a revolução é definitiva”,³ explicitando que o governo é de caráter provisório, porém suas ações e omissões terão consequências para o processo revolucionário, pois o governo é um meio que os revolucionários optaram utilizar para alcançar seu objetivo que é o decreto de uma nova constitucional.

Na edição do *A Tribuna* número 550 do dia 24 de maio de 1931, a matéria *Revelações* escrita pelo autor de pseudônimo Mundecó, faz crítica dura ao governo sobre a situação em que o país se encontra. Segundo a matéria, mesmo a pessoa mais neutra no país enxerga o momento do Brasil de forma assustadora, de caótica e

²MACIEIRA, Adolpho. *Confiar desconfiando ...*, Jornal Tribuna - o jornal independente, número 534 data 01/02/1931.

³VARGAS, Getúlio. *A revolução e os partidos políticos*, Jornal Tribuna - o jornal independente, número 548 data 10/05/1931

desanimadora realidade, pois o país está diante de três futuras realidades, que é a implantação do ideal comunista, o fantasma do antigo governo representado pela massa reacionária e a última tendência que esta representa pelo governo provisório ao qual o autor denomina como ditatorial e discricionário, há uma quarta tendência que o autor indaga que está oculta na luta contra as outras tendências e que a qualquer momento surgirá no meio desse clamor por mudança.

Já na publicação de 31 de maio de 1931, em *Notas*, o jornal critica os defensores de um regime ditatorial, que almejavam a continuidade do governo provisório por mais dez anos como forma de eliminar qualquer possibilidade do retorno da antiga forma de administrar o estado antes da revolução, o que argumentado neste artigo é que além de eliminar as possibilidades de retrocesso do governo, também eliminaria a possibilidade de uma nova forma política de se administrar o país e que a revolução não é uma ruptura definitiva do antigo com o novo mais processo que necessita de um elo para transição do antigo governo para o novo estado, segundo o autor não identificado pelo jornal, Vargas representa esse elo de ligação de um governo em declínio de Washington Luís para um regime constitucional.

Na conclusão do artigo, o autor reitera a crítica sobre um regime ditatorial afirmando “que a formação política nasce com o povo e com a capacidade cívica intelectual do mesmo dentro de um regime constitucional, diferente de tratar a política como algo exato, científico e calculável”.⁴

Em 26 de junho de 1931, em *Vargas e seus colaboradores*, escrito por Mende Pinto retrata o descontentamento de alguns jornalistas com o governo de Vargas, principalmente os jornalistas Cumplido de Santana, Rubens do Amaral e Assis Chateaubriand que fazem críticas ferrenhas ao estado referente a questão do descaso do governo com as regiões do interior do Brasil.

Neste momento, Mende Pinto defende Vargas sem atritar com seus colegas de profissão, argumentando que devido aos problemas políticos complexos que o governo enfrenta, para solucioná-los, Vargas não pode dar a devida atenção as cidades interioranas, por isso é importante a crítica dos jornalista ao governo para que o mesmo tenha consciência das providências que deve ter com os problemas apresentados pelos jornalistas.

⁴ PAES, Agenor. *Notas*, Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 551 data 10/05/1931.

Em todos os artigos citados anteriormente, exceto o artigo intitulado *Revelações*, têm algo em comum, a defesa do governo Vargas e a angústia de vários segmentos da sociedade pela reforma constitucional. Mas qual a intenção do jornal em fazer a defesa do governo e de uma certa forma aclamar uma nova constituição que interesses estão na publicações desses artigos? Talvez possamos encontrar a resposta no desejo de reforma da lei de imprensa, determinada pelo decreto de nº 4.743 de 1923, o *A Tribuna* publicou vários artigos com esse título que depois virou uma seção fixa no jornal denominada “*Considerando...*”.

Em uma dessas seções, o advogado A. Silva, em 8 de fevereiro de 1931, fala sobre a criação e o objetivo da lei da imprensa. Segundo o autor, a lei da imprensa tem dois objetivos: o primeiro, de medida de prevenção, que consiste em medidas cautelosas para que o efeito da publicidade não seja contra os objetivos do governo; o segundo objetivo é o repreensivo, que a imprensa não pode se exceder, trazendo prejuízos a terceiros. O autor completa o argumento, dizendo:

Quando surgiu o decreto n. 4.743, de Outubro de 1923, foi opinião geral de que era a morte do jornal Independente do Brasil. A experiência de sete anos, porém vae demonstrando que o amparo da lei é que dá vida à imprensa, como a todas as instituições. ... Por isso é que se organizam poderosas associações jornalísticas, para a defeza de determinados pontos de vista, e o povo, para saber a orientação a seguir pelo governo procura os jornaes e para a conquista de seus ideaes particulares ... O que por vezes tem sacrificado liberdade da imprensa não é a lei, mas o estado de sitio. A lei de imprensa não estabelece censura. O malsinado art. 3^o, que estabeleceu a invulnerabilidade do presidente da Republica, é letra morta na lei⁵.

Neste trecho, o autor não reclama da lei de imprensa em si, mas da questão do Estado de Sítio que faz com que o governo tenha direito de fechar qualquer jornal ao seu desejo, mesmo não representando perigo ao seu governo.

Na continuação do texto, o autor ressalta a importância da imprensa numa sociedade de maioria de analfabetos, teria como função educar essa população. Outro ponto que é ressaltado no texto é a constituição americana que proíbe o congresso de elaborar lei de restrição a liberdade da palavra e da imprensa.

Concluindo, o artigo o autor explica que muitos governos afastam a possibilidade de adoção do sistema preventivo para facilitar a repressão do abuso,

⁵ A. Silva. “*A liberdade de imprensa e o Decreto 4.743*”, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 539, data 08/03/1931.

proibindo o direito de anonimato e termina afirmando: “É que o decreto 4.743, abrandado pela prática, nos seus rigores excessivos, vai correspondendo plenamente às necessidades sentidas pela disposição constitucional”.⁶

Continuando o tema da lei da imprensa no dia 14 de Junho de 1931, o *A Tribuna* publica um artigo, sem autoria, que fala sobre o projeto de reforma da lei de imprensa, *A imprensa de Parabéns – A reforma liberal*. Nesse artigo, o autor anônimo elogia Levi Carneiro, que apresentou à Associação Brasileira de Imprensa, um projeto de reforma que sugeria medidas liberalistas que aboliam o direito do governo de fechar jornais e a pena corporal e apreensão das edições dos jornais.

Em 10 de agosto de 1931, o jornal *O Goiás* é fechado pelo governo de estado de Goiás. Neste momento, o redator Agenor Paes que dirigia os dois jornais se afasta da redação do *A Tribuna* e a estrutura do jornal deixa de ter como anexo o jornal *O Goiás*, durante algumas edições no espaço que era destinado ao anexo era publicado com espaços vazios com faixas que atravessava de uma ponta da página a outra escrito com letras grandes: censurado e o título do jornal mudou também para *Tribuna – sob a censura da polícia*. Esse episódio não abalou a confiança do jornal no governo nacional por entenderem que, devido à continuidade do decreto 4.743 de 1923, o governo de Goiás utilizou esse decreto para fechar o jornal, pois o decreto permite que estado utilize essa lei com total autonomia sem interferência do governo nacional.

Outro artigo importante sobre a liberdade de imprensa é a matéria *A imprensa e os seus benfeitores*, em que sr. Olegário Maciel, com sr. Getúlio Vargas, defende a liberdade irrestrita da imprensa mineira, logo o jornal discute que em outros estados foram implantados o estado de sítio, ao qual lhes dá direito uma censura mais agressiva até o fechamento de jornais. É argumentado neste artigo que a liberdade da imprensa deve ser irrestrita, porque ela expressa o pensamento de uma nação.

Em *O chefe da nação e dia da Imprensa – Liberdade e Constitucionalidade*, publicado dia 27 de setembro de 1931, sob a direção Arthur Barros, fala sobre o apoio de Getúlio Vargas a imprensa defendendo o direito da liberdade de expressão dos jornais, e uma reforma na lei de imprensa que lhe permite se expressar livremente, mas com responsabilidade. Nesse artigo, ainda, o autor anônimo fala das ações do governo provisório para o processo de constitucionalização do país e defende que esse processo

⁶ Idem.

de transição de provisório para constitucional é necessário e que esta sendo feita da melhor forma pelo presidente Getúlio Vargas, ou seja, apesar de todo o episódio do fechamento do *O Goiás* os redatores e jornalista do *Tribuna* ainda mantêm a confiança no Estado, principalmente na imagem de Getúlio Vargas.

Fechando o tema sobre a lei de imprensa destaco o artigo do dia 28 de junho de 1931, na edição 555 do jornal em *Notas* que aborda o assunto da criação do Departamento de Publicidade, que segundo o jornal tem a funcionalidade de

... atender à necessidade e à conveniência de dar mais amplitude às informações referentes à ordem dos negócios públicos e diretrizes à tarefa administrativa, corrigindo dados e conhecimentos úteis à atividade do governo e a formação de uma idéia exata do verdadeiro estado em que a revolução encontrou no país, facultando-se à opinião pública apreciar e julgar conscientemente a sua obra construtora,⁷

em outras palavras, o Departamento de Publicidade tem a tarefa explicitar os fatos referente ao governo para a população, revelando a verdade dos fatos na perspectiva do governo, além de ser um espécie de órgão regularizador dos meios publicitários em geral.

O artigo defende a criação do departamento ao falar das deficiências dos meios publicitários do governo no período e que, devido a falta desse departamento, ocorreram vários transtornos nacionais que causaram péssimas impressões. Como o caso do comentário de Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça, que afirmara que o governo fez a proposta da eleição do senhor Getúlio Vargas para presidente da República para o governo provisório em troca da imediata convocação da Constituinte, a acusação vai além, pois senhor Oswaldo afirma que essa negociação não foi estranha para nenhum dos partidos políticos do período, o ministro da agricultura senhor Assis Brasil defende o acordo partidário da eleição de Vargas ao governo afirmando que “A revolução se fez para a moralização de costumes políticos abastardados, motivo por que essa tentativa de conchavo exige completo esclarecimento, para que a Nação saiba quais são os responsáveis por essa renovação de práticas que foram grandemente ruinosas para a vida republicana”.⁸

Às vésperas da aprovação da nova lei eleitoral, no dia 7 de fevereiro de 1932, o *Tribuna* publica um artigo com título *Um erro desvirtuará todos os acertos*, que faz

⁷ PAES, Agenor. *Notas*, Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 555 data 10/05/1931

⁸ Idem

uma crítica à nova lei eleitoral, tão discutida fundamentada na extinção do sufrágio universal e na sua substituição por um processo mais racional e menos incompatível com a mentalidade política e com a atual formação sociológica do povo brasileiro. Mas o grupo responsável pela elaboração da nova lei fez o contrário, continuou a entregar a eleição presidencial a um povo infeliz e medíocre, que não tem noção do que seja deveres cívicos, que fingem ter uma convicção política e de ser patriotas, que fazem boca de urna, falsificam assinaturas e atas e que intelectualmente e geograficamente estão distantes dos cidadãos da mais alta investidura.

Continuando o tema da nova lei eleitoral, em 27 de março do ano de 1932, temos duas discussões apontadas pelo jornal: participação feminina na revolução e a introdução do voto feminino. No primeiro artigo *A mulher brasileira e a revolução*, o jornal exprime a importância do papel da mulher na revolução, seja no lar, nas lutas, ao lado de seus companheiros, sendo amiga fiel e patriota de todos os tempos e, por isso, o governo não deixaria de emancipar aquela que participou ativamente da revolução.

Já no artigo *O voto feminino e a lei eleitoral – Sua repercussão em Minas*, que foi uma carta enviada pela professora municipal Atala de Oliveira ao *Tribuna*, noticia como o movimento feminista ficou agradecido ao governo provisório pela nova lei eleitoral, despertando manifestos de aplausos e entusiasmo pelo reconhecimento do direito do voto feminino. A presidente da Legião feminina de Minas Elvira Komel fez a seguinte exclamação:

Presidente Getúlio Vargas neste momento em que vossa excelência vem nos assegurar a lei eleitoral, o qual concede o voto feminino, a mulher mineira, que trabalha a tempos pelo o reconhecimento deste direito. A mulher brasileira, saúda vossa excelência apresentando a sua solidariedade ao Governo Provisório.⁹

No mesmo artigo, a doutora Natércia Silveira presidente da Aliança Nacional de Mulheres fez o seguinte discurso:

Com grande entusiasmo, congratulo-me com vossa excelência pela assinatura da lei eleitoral na qual ficou claramente, estipulando o voto feminino.

Este ato do Governo Provisório tornado em realidade uma das grandes aspirações da mulher brasileira, veio velar o Brasil aos países mais cultos do mundo.

⁹ PAES, Alice. *O voto feminino e a lei eleitoral – Sua repercussão em Minas*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 594 data 27/03/1932

Portanto, pois, em nome de meus concidadãos, ardentes votos para que, neste momento nacional de tanta significação para os destinos da Pátria esteja a mulher brasileira unida, coesa, e perfeitamente integrada no alto dever que a nação lhe vem confiar.

Aproveito oportunidade para reintegrar a aliança nacional das mulheres, que vossa excelência tão inteligentemente dirige, todo o apoio e à firme solidariedade da corporação que tenha a honra de orientar...¹⁰

A presidente da Legião Feminina da Santa Rita e do Paranaíba (Goiás) e do Araguaia (Mato Grosso) também parabeniza o presidente devido à criação de uma nova lei eleitoral. Na conclusão do artigo é colocado um subtítulo *Manifesto A mulher mineira*, a presidente da Legião Feminina de Minas lembra que essa conquista foi devido à luta do setor que agora tem o seu reconhecimento com a criação dessa nova lei.

Na publicação de 15 de maio de 1932, edição 601 na *Chamada às urnas*, com o foto de Vargas em destaque da matéria comunica que:

O excelentíssimo senhor doutor Getúlio Vargas, honrado chefe do governo provisório, acaba de comunicar à nação que teremos as eleições para a Constituinte aos 3 de maio do próximo ano. Esse ato do grande brasileiro veio de encontro à vontade do Povo e bem demonstra o seu espírito esclarecido e transigente. Com atitudes tais, sua excelência reforça a confiança que os seus concidadãos lhe depositam e concorre para a pacificação dos espíritos mais exaltados, ao mesmo tempo que levanta o crédito de nossa estremecida Pátria.¹¹

¹⁰ Idem

¹¹ PAES, Agenor. *Chamada às urnas*, Jornal Tribuna - o jornal independente, número 601 data 15/05/1932



Imagem 5 – Fotografia Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 601 data 15/05/1932

Este comunicado vem como elemento para tranquilizar a angústia de vários segmentos da sociedade brasileira pela reforma constitucional, ao fixar uma data de eleição para presidente da República.

No dia 22 de maio de 1932, é publicado o artigo *O governo e o povo*, que faz uma crítica ferrenha ao governo de Washington Luís

Os governos que têm contrariado a letra da nossa constituição, mas que não se descuidaram da verdade das coisas: pedindo a cooperação e interessando as forças armadas e as forças políticas que lhes poderiam criar embaraços, foram úteis. Eles reconheceram o valor das forças subterrâneas e não se deixaram levar pelas abstrações perigosas e com isso, conseguiram o equilíbrio estável necessário à ordem da nação.

Tanto esse modo de agir se impunha que senhor Washington Luiz, que não foi, no que estamos com o doutor Mauricio Medeiros, menos justo do que os demais presidentes que o antecederam, por não ter compreendido a necessidade desse ajustamento, fez com que explodisse o movimento outubrista. Sua excelência confiou demais nas garantias que a constituição lhe conferia e, cheio de orgulho e voluntarioso, não observou o perigo que o ameaçava.¹²

¹² PAES, Agenor. *O governo e o povo*, Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 602 data 22/05/1932.

E que neste momento que o país esta sendo dirigido, segundo o autor da matéria, por um governo discricionário que dita às leis e o povo as obedece, porém torna-se necessário a aproximação entre os interesses do governo com as aspirações do povo brasileiro, pois se o governo a qualquer momento subjugar a população como o senhor Washington Luís o fez, correrá o mesmo risco de que forças divergentes ao governo ou ainda forças reacionárias derrubem o atual governo.

O autor, desconhecido, ainda complementa que, devido aos últimos acontecimentos da política nacional, o pessimismo minou entre a população colocando em perigo o prestígio do governo provisório e que compete ao presidente do governo atual acabar com esse mal-estar com relação ao governo lutando contra as pressões partidárias.

Finalizando o artigo o autor conclui que:

A fixação da data para as eleições constituintes foi um gesto feliz de sua excelência, mas, para ter a eficiência desejada, era preciso que não viesse acompanhada de elementos que concorrem para agumentar a dúvida que envolve a sinceridade desse seu ato.

Procure o honrado chefe do governo desfazer com atos, as duvidas que afligem os brasileiros, e corrobore, reforça-las, as palavras que proferiu no dia 14 do corrente, e estamos certos que não tardará voltar a confiança que o povo brasileiro lhe depositará.¹³

No dia 24 de julho de 1932, no artigo *Pelo homem e pelo ideal*, o *Tribuna* faz uma análise psicológica sobre o caráter de Getúlio Vargas, destacando três elementos: sensibilidade, atividade e inteligência. Com isso, por mais de três décadas Vargas conseguiu dirigir as divergências políticas entre os partidos riograndeses, além da desorientação do país após a revolução de 30 e como chefe do país desenvolveu o mais brilhante programa financeiro e se equilibrou sagazmente entre as rixas e competições partidárias mesmo com o afastamento de Minas e do Rio Grande do Sul do governo provisório. Agora, com a rebelião paulista, Vargas volta a ter "... o apoio do Brasil inteiro para defender um homem que encarna todos os princípios revolucionários".¹⁴ O artigo termina com uma frase bem interessante de como os editores analisam Vargas: "É

¹³ Idem

¹⁴ PAES, Agenor. *Pelo homem e pelo ideal*, Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 611 data 24/07/1932.

esse o homem, cujas modalidades psíquicas, perfeitamente caracterizadas nos seus atos, empolga um povo e pode confundir os analistas”.¹⁵

A partir do dia 10 de janeiro de 1932, temos as publicações referentes à insatisfação da população paulista com o governo provisório, que mais tarde eclodirá na revolução de 1932. Uma dessas matérias tem parte de uma reportagem do *Jornal do Brasil* informando que os paulistas voltam ao cenário político ameaçando o governo provisório caso o governo não convoque novas eleições e não evoque a constituinte.

Na edição 612, o *Tribuna* publica a primeira notícia sobre a rebelião de São Paulo contra o governo provisório ameaçando separação política nacional, o título da matéria *Os rebelados Paulista – investem contra a própria integridade nacional ameaçando separação – A unidade da Pátria é uma condição vital para o Brasil*. No início do artigo, o autor não identificado, argumenta que os grandes estados brasileiros, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande e São Paulo, não poderiam viver sem a colaboração mútua entre si. Como parte integrante da nação, esses estados são grandes e fortes, mas isolados seriam simples repúblicas que não sobreviveriam ao capitalismo e à influência estrangeira. Depois desta argumentação o autor resgata o sentimento separatista de São Paulo na época das bandeiras, ou quando, São Paulo teve grande importância na expansão territorial do país na conquista de novas terras, na época do movimento da Independência Nacional em que São Paulo teve intensa participação.

Segundo o autor da reportagem acima citada, o Brasil deveria consolidar a sua unidade, crescendo e prosperando, para tornar eficiente a sua capacidade militar e política contra forças que ameaçavam o país, o imperialismo econômico dos países capitalistas, o imperialismo judeu e o ideal bolchevista da Rússia.

Ainda comparando um artigo de Mussolini, sobre a ruína europeia, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a situação brasileira, o autor nos lembra:

Antes da grande guerra, a Europa central apresentava um aspecto evidente de unidade econômica condicionada nas fronteiras políticas.

Vencidas, a Alemanha, a Áustria, a Bulgária, toda aquela parte da carta geográfica européia foi retaliada em pequenas nações. Acontecia que alguns Estados eram industriais, outros agrícolas. E como a indústria da Europa central não podia competir com a grande indústria dos países onde já se verificou hipertrofia capitalista, ela florescia em razão do consumo interno. O mesmo se

¹⁵Idem

dava com a agricultura, que encontrava facilidades para o intercâmbio interno, uma vez que não havia barreiras aduaneiras.

Retaliados que foram esses países, tendo as grandes potências explorando a seu favor os sentimentos regionais, os sentimentos separatistas, os sentimentos raciais, e a situação de anarquia política em que se encontraram esses Estados, logo o exclusivismo jacobino se manifestou ali. E manifestou-se pelos excessos da política protecionista que ergueu barreiras aduaneiras intransponíveis. Impossibilitados de concorrer com a grande indústria do mundo, ou com a grande agricultura, esses povos se encontram na mais difícil das situações e a ameaça de tal forma o equilíbrio europeu que as grandes potências tiveram que estudar as conseqüências dos erros que a Paz acarretou para o mundo.

A situação do Brasil é a mesma da Europa central, imagina-se a hipótese do retalhamento do nosso país em republiquetas. Como poderia o Rio Grande concorrer em igualdade de condições aduaneiras, para vender o seu mate e o seu charque, o seu couro e os seus vinhos, competindo com a Argentina, Uruguai e países Europeus?¹⁶

Segundo o autor, o Brasil conseguiu sobreviver à crise que atingiu todos os países devido ao nosso mercado interno, o autor encerra o artigo afirmando que a unidade da pátria é mais que um programa sentimental, mais do que um imperativo social, idiomático, religioso, militar, político, continental, é um programa de bom senso e que é dever de todo brasileiro combater essa ideia separatista, pelo excesso de regionalismo. Portanto, o jornal continua se posicionando a favor do governo Vargas.

No artigo *E São Paulo segue o destino que se preparou – Mais do que o suicídio criou-se para se devorar*, na edição do dia 28 de agosto de 1932, o autor Luiz Franco relata que a situação dos paulistas é desesperadora. Ao contrário das notícias que a imprensa paulistana escrita e a rádio proclamam sobre o entusiasmo da população paulista ou do suposto levante do estado de São Paulo, o que se vê nas linhas de frente são parentes dos soldados desesperados para retirá-los da luta. São jovens que foram conduzidos para a rebelião desconhecendo motivos e o ideal que os levou à guerra civil, e também desconhecendo a própria sorte, com a fome sobressaltando os lares da capital paulista e o interior do estado. O autor complementa que as previsões do governo provisório sobre a rebelião estão sendo realizadas evitando ataque mais violentos que poderiam provocar a o extermínio de vários soldados paulistas da linha de frente.

¹⁶ Autor não identificado. *Os rebelados Paulista – investem contra a própria integridade nacional ameaçando separação – A unidade da Pátria é uma condição vital para o Brasil.*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 612 data 31/07/1932.

No final do artigo, Franco escreve que deseja a vitória do governo “... para preparar o Brasil para um futuro melhor, mais prospero e, sobretudo, menos desonroso ao povo brasileiro.”¹⁷

No dia 7 de setembro de 1932, no texto *Falsas alegações separatistas de São Paulo* surge o comentário da intenção do estado de São Paulo almejar a anexação do estado de Mato Grosso ao estado paulista, por isso, os paulistas estariam investindo muito no estado mato-grossense.

No dia 11 de setembro de 1932, outro artigo *A guerra Civil destruíra a grandeza econômica de São Paulo* os editores do jornal falam da história da industrialização de São Paulo e do seu auge industrial antes revolta paulista e finalizam o artigo lamentando:

Pretendendo destruir a unidade nacional, o que eles já conseguiram foi sacrificar o trabalho e a atividade útil da população obreira que ali amassa com o seu labor a grandeza e a prosperidade da mais rica porção do solo brasileiro.

O Brasil, unido e forte, vigia, entretanto, por sua integridade, dentro em pouco, restituíra à população paulista a sua vida normal.¹⁸

No artigo *São Paulo tem sido um peso para o Brasil*, do dia 18 de novembro de 1932, os editores fazem uma comparação da situação do país no ano de 1929, com a revolta paulista contra o governo provisório. Segundo eles, quando a crise econômica internacional atingiu o Brasil, desvalorizando o principal produto de exportação, houve uma desestabilização econômica, o país desestabilizou novamente com o fechamento do porto de Santos, pois os outros estados brasileiros dependem do porto para receber e enviar produtos do exterior, devido a isso, o país fica dependente da produção interna para o abastecimento de produtos importantes no consumo diário da população brasileira.

Em 5 de outubro de 1932, é publicada a vitória do governo sobre os paulistas com título *Esta terminada a grande revolução e o governo provisório não infligirá o grande povo paulista a qualquer humilhação*. Nesse artigo, com trechos interceptados de uma rádio, narra a tomada da capital paulista pelo coronel Goes Monteiro e que

¹⁷ FRANCO, Luiz. *E São Paulo segue o destino que se preparou – Mais do que o suicídio criou-se para se devorar*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 619 data 28/08/1932

¹⁸ PAES. Agenor. *A guerra Civil destruíra a grandeza econômica de São Paulo*. *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 623 data 11/09/1932

agora passava a controlar o governo paulista até os focos reacionários seiam

Seabra.

Após a revolução paulista, Vargas, procurando acalmar os ânimos, convoca a *constituente*, que aparece em vários textos jornalísticos. Relatavam-se todos os passos de sua construção com a criação de uma coluna com o nome de *Marchando para a constituinte*. Na primeira reportagem, relata a criação de uma comissão responsável de elaborar o anteprojeto da Constituição e o início da qualificação eleitoral, nas outras edições a função da coluna fica em informar o andamento da constituinte e os avanços da comissão e fazer discussões teóricas sobre a construção de uma nova constituinte.

Na segunda edição da coluna marchando para a constituinte, os editores do *Tribuna* debateram sobre a questão social, segundo a coluna, o assunto despertou o interesse de vários partidos que prometeram para a população brasileira uma legislação social que garanta aos menos favorecidos seus direitos sociais, para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico e o encurtamento das distâncias sociais, sendo necessário para isto a intervenção do Estado no que diz respeito à produção e à distribuição da riqueza, pois o futuro econômico do país depende do fim da luta entre patrões e empregados, industriais e agricultores.

Uma reportagem do dia 25 de março de 1937 chama atenção, pois relata a possibilidade de Getúlio Vargas visitar Uberlândia, a casa do senhor Afrânio de Mello Franco¹⁹ figura política importante para a cidade, chama a atenção, pois é a primeira edição que noticia a vinda de Vargas à cidade após ele assumir o governo provisório, sendo que nos arquivos fotográficos de João Quituba tem seis fotografias com datas de distintas e anteriores a 1937 que registram a passagem de Vargas a Uberlândia. Não se achou o motivo pelo qual o jornal não publicou a vinda de Vargas nas datas anteriores a 1937 e por que o jornal destacou a possibilidade da vinda de Vargas em 1937.

¹⁹ Afrânio de Mello Franco foi segundo secretário da legação da embaixada de montevidéu em 1896, embaixador da liga das nações em 1929, ministro das relações exteriores no ano de 1930 e 1934, biografia retirada http://pt.wikipedia.org/wiki/Afr%C3%A2nio_de_Melo_Franco.



Imagem 6 - Fonte do Acervo João Quituba
Foto 0102 - 1930 Visita de Getúlio Vargas a Uberlândia



Imagem 7 - Fonte do Acervo João Quituba
Foto 0211 - 1930 Chegada de Getúlio Vargas em Uberlândia. Revolução de 1930



Imagem 8 - Fonte do Acervo João Quituba

Foto 0183 - 1930 Comício na Praça Clarimundo Carneiro quando da chegada de Getúlio Vargas

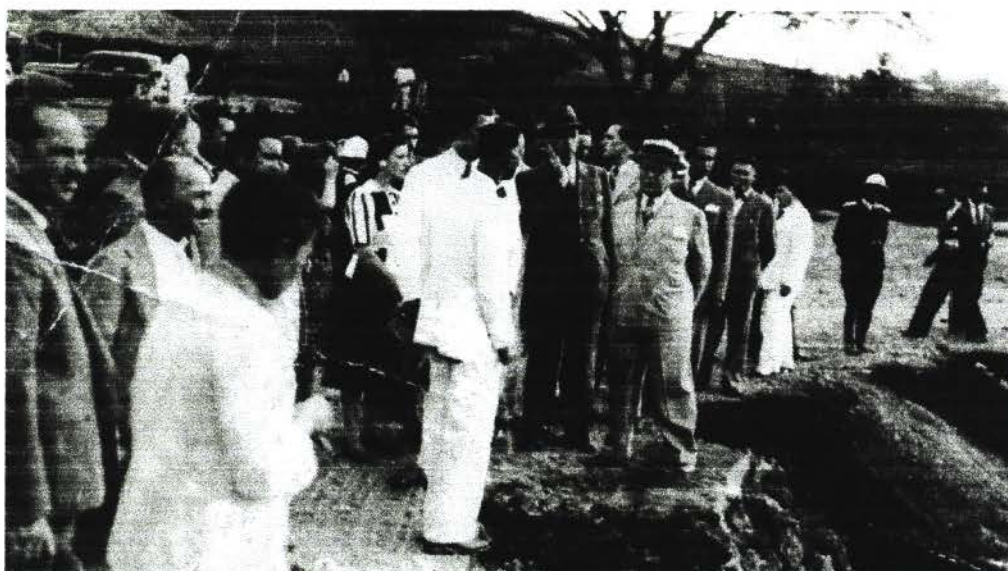


Imagem 9 - Fonte do Acervo João Quituba

Foto 0657 - 1932 Visita de Vargas a Uberlândia

No dia 28 de março de 1937, começam ser publicadas especulações sobre a sucessão presidencial em *Um punhado de notícias sobre a sucessão presidencial*. Segundo o artigo, surgem muitas informações desencontradas sobre a sucessão presidencial desde a retirada do almirante Protógenes Guimarães, declarações do senhor Borges de Medeiros e do senhor Antônio Carlos às imprensas regionais. O senhor Borges e o senhor Antônio concordam que o presidente Getúlio Vargas está desenvolvendo um bom trabalho na coordenação da sucessão presidencial e que o chefe do governo não deve ser perturbado. Os paulistas, segundo análise do senhor Wenceslau Braz, chefe mineiro, estão empolgados para lançar a candidatura de Armando Salles, o nome para Minas mais cogitado é do José Américo, sendo o senhor Macedo Soares o segundo para sucessão presidencial.

No dia 26 maio de 1937, em *Escolhido para sucessor do senhor Getúlio Vargas o senhor José Américo*, o jornal anuncia que após a convenção mineira foi oficializado o nome de José Américo para candidatura presidencial.

No dia 2 de outubro de 1937, é publicada a notícia com seguinte título *O Brasil ameaçado pelos extremismos e a honra nacional em xeque*. Segundo o texto, notícias transmitidas por fontes oficiais foi descoberta pelo Estado Maior do Exército Nacional um grande complô dos comunistas contra o governo brasileiro tentando instaurar o seu ideal. Devido à descoberta do suposto complô no dia 6 de outubro do mesmo ano, o jornal publica no cabeçalho, em letras grandes a seguinte frase: *Com o estado de guerra em vigor, em todo o Brasil, os poderes da república estão legalmente habilitados, para deterem a onda do terror vermelho, que nos ameaça, no regaço desta nossa invejável democracia*. Na edição de 9 de outubro de 1937, o artigo *O estado de guerra não prejudicará o pleito de janeiro - E o que afirma o ministro da Justiça*, em uma entrevista aos matutinos cariocas o ministro da justiça no período Macedo Soares declarou que o governo pediria o estado de guerra por noventa dias, achando que os deputados não deviam fazer restrições às imunidades parlamentares, pois o interesse da defesa nacional estará acima dos interesses políticos e que a campanha sucessória da República não será afetada, pois o estado de guerra terminará antes do dia 3 de janeiro de 1938, segundo o ministro “...as eleições se processariam da mesma maneira, pois a Constituição determina que a medida seja suspensa na véspera do pleito”.²⁰ Em 10 de

²⁰ = MES, Agenor. *O estado de guerra não prejudicará o pleito de janeiro - É o que afirma o ministro da Justiça*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 1146 data 09/10/1932.

novembro de 1937, é publicada a seguinte notícia: *Novo regime no país*, segundo uma mensagem radiograma para o prefeito de Uberlândia em exercício Tubal Vilela, do governador Benedito Valadares informando que o presidente Getúlio Vargas decretou devido a situação que o país se encontrava considerado a ameaça comunista, outorgou a nova constituição, ao final da mensagem o governador mineiro pede o apoio da população mineira ao novo regime decretado, em resposta ao radiograma o prefeito de Uberlândia declara em nome do povo uberlandense apoio incondicional ao novo regime. No dia 13 de novembro de 1937, é publicada a seguinte declaração de Vargas sobre a imprensa “Sempre considerei a imprensa como instrumento indispensável em uma boa administração dos negócios públicos e tudo tenho feito para prestigiá-la, acatando a crítica jornalística quando de boa fé e construtiva”.²¹

Em dia 17 de novembro de 1937 no texto *Rumores*, o autor João do Mouto afirmava que foi um golpe magistral que Vargas deu nos políticos que aguardavam o processo eleitoral para presidente, que aniquilou com o comunismo, o integralismo e os falsos discursos políticos dando ao Brasil uma constituição melhorada para implantação de um governo forte, o autor termina a matéria afirmando que Vargas é o homem que a República procurava e como que somente Vargas poderia dirigir o país naquele momento.

Ao apresentar todos esses artigos, textos e notícias com relação a administração de Vargas a frente do governo brasileiro desde a coordenação do movimento revolucionário de trinta, a rebelião paulista de 1932, a suposta ameaça comunista (depois se descobriu que não passou de pretexto e invenção) e a instauração de um novo regime governamental, o editores e colaboradores do jornal *Tribuna*, representando a classe de seus possíveis leitores, apresenta o senhor Getúlio Dorneles Vargas, mesmo criticando suas atitudes, como o único homem capaz, sensato, justo, carismático, um governante excelente, um defensor da imprensa, a pessoa que decretou o direito de voto feminino, decretou o direitos dos trabalhadores, implantou o salário mínimo, o único capaz de construir uma nova constituição e implantar um governo forte para que o Brasil nunca retrocedesse economicamente à situação de 1929.

²¹ VARGAS, Getúlio. Declaração de Vargas apos decreto de um novo regime em 1937. *O presidente Getúlio Vargas e a imprensa*. Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 1156 data 13/11/1932.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, quero destacar que ao analisar o jornal *Tribuna* não estava analisando o ideal da sociedade uberlandense nem do público leitor do jornal, pois no momento em que se produz um artigo ou um texto jornalístico os editores têm suas próprias representações e apropriações e no momento da leitura são as apropriações e representações que o leitor vai construir a partir da leitura e interpretação daquele noticiário. Dessa forma, o Vargas apresentado nos textos jornalísticos pode ser bem diferente do Vargas que o leitor constrói em sua imaginação.

Em segundo lugar, quero destacar o problema da preservação de fontes históricas como jornais, livros, revistas, discos, fotografias entre outros. Eu iria, inicialmente, dedicar um terceiro capítulo nesta pesquisa debatendo o problema da conservação e preservação de documentos históricos questionando as ações do poder público para a preservação do patrimônio histórico da cidade, porém esta discussão sairia totalmente dos objetivos da pesquisa.

Mas o que me motivou a debater este problema neste espaço foi a dificuldade para trabalhar com materiais que estavam se deteriorando no momento em que folheava os jornais em busca de artigos que falassem de Vargas e como alguns jornais, mesmo restaurados com materiais que a prefeitura dispunha aos funcionários do arquivo público, já estavam precisando de uma nova restauração, além da falta de respeito de alguns pesquisadores que contribuíram na aceleração e depredação dessas fontes rasgando e recortando esses documentos. Segundo os funcionários do Arquivo Público, antes da implementação das regras de como manusear o material histórico muitos pesquisadores arrancavam páginas para xerocar e depois colocavam no lugar como se nada tivesse acontecido, isto é uma falta de respeito com patrimônio histórico da cidade.

Além da dificuldade com relação à pesquisa dos documentos, tive também muita dificuldade na parte metodológica do trabalho, pois escolher a fonte, escolher o recorte temporal e o objetivo central é muito fácil, porém, no momento da análise, é difícil manter o foco nestas escolhas para não fugir do tema escolhido.

Esse trabalho me mostrou que para ser um historiador é necessário disciplina, bagagem teórica e metodológica, e principalmente, ter gosto pela arte de pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de et alii. *Dicionário histórico, biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, 5v.
- ADEODATO, Sergio. *Conceito de jornalismo científico: teoria e prática*, Rio, 1987.
- ALMINO, João. **O segredo e a informação - ética e política no espaço público**, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- AMARAL, Hélio. *Comunicação, pesquisa e documentação*, São Paulo, Graal, 1981.
- ARAÚJO, Maria C. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. _____.
- (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/UERJ, 1999.
- BADARÓ, Libero. *Liberdade de imprensa*. São Paulo, Parma, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*, Contexto, São Paulo, 1988.
- _____. *Imprensa, uma mercadoria política*. Revista História & Perspectiva. Editora: EDUFU, Nº4, Jan/Jun, 1991.
- _____. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998 (Coleção textos do tempo).
- CARONE, Edgard. *A segunda República, 1930-1937*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do Progresso em Tons Altissonantes – Uberlândia (1900-1950). Capítulo 2 Representações do Progresso na história de Uberlândia – A imprensa*. Dissertação UFU 2001.
- DECCA, Edgar S. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FEREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 4 Vols.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- _____. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. _____.
- (Org.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. *A construção do homem novo* “In: Oliveira, Lucia., [et al.] (orgs). *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Jornalismo. Os intelectuais e a organização da cultura*, editora: civilização brasileira, 1979.

_____. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JENKINS, K. A História repensada. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994, pp. 95-144.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MORAIS, Fernando. *Chatô o rei do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

PANDOLFI, Dulce. “Os Anos 30: as incertezas do regime”. In: Jorge Ferreira e Lucilia A. Neves Delgado (orgs.), *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Col. O Brasil Republicano, v. 2).

SPOSATI Aldaíza de Oliveira... [et al.]. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*, São Paulo: Cortez, 1985.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVA, J.L.W. (Org.). *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 1930/1964*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck, *A História da Imprensa no Brasil*, Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)* Pref. De Victor Nunes Leal, Alfa Omega, São Paulo, 1976.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver*, eds. Augusto Nunes & Pinky Wainer, Planeta, 2005.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia – Uberlândia 70*, vol 2, 1ºed: Uberlândia Gráfica Ltda.

LISTA DE FONTES

A. Silva. “*A liberdade de imprensa e o Decreto 4.743*”, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 539, data 08/03/1931.

Autor não identificado. *Os rebelados Paulista – investem contra a própria integridade nacional ameaçando separação – A unidade da Pátria é uma condição vital para o Brasil.*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 612 data 31/07/1932.

Fotos do acervo João Quituba.

FRANCO, Luiz. *E São Paulo segue o destino que se preparou – Mais do que o suicídio criou-se para se devorar*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 619 data 28/08/1932.

MACIEIRA, Adolpho. *Confiar desconfiando ...*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 534 data 01/02/1931.

PAES, Agenor. *A guerra Civil destruiu a grandeza econômica de São Paulo*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 623 data 11/09/1932.

PAES, Agenor. *Chamada às urnas*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 601 data 15/05/1932.

PAES, Agenor. *Notas*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 555 data 10/05/1931.

PAES, Agenor. *Notas*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 551 data 10/05/1931.

PAES, Agenor. *O estado de guerra não prejudicará o pleito de janeiro – É o que afirma o ministro da Justiça*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 1146 data 09/10/1932.

PAES, Agenor. *O governo e o povo*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 602 data 22/05/1932.

PAES, Agenor. *Pelo homem e pelo ideal*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 611 data 24/07/1932.

PAES, Alice. *O voto feminino e a lei eleitoral – Sua repercussão em Minas*, *Jornal Tribuna* - o jornal independente, número 594 data 27/03/1932.

SILVA, Antônio Pereira. Anotação oriunda de palestra do autor proferida para a turma de graduação em Jornalismo da Universidade do Triângulo, UNITRI, sobre o tema imprensa local, intitulada “A imprensa em Uberlândia”.

VARGAS, Getúlio. *A revolução e os partidos políticos*, Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 548 data 10/05/1931.

VARGAS, Getúlio. Declaração de Vargas apos decreto de um novo regime em 1937. *O presidente Getúlio Vargas e a imprensa*. Jornal *Tribuna* - o jornal independente, número 1156 data 13/11/1932.